

PLANO DE BAIRRO: PLANEJAMENTO PARA O BAIRRO CONSOLAÇÃO EM VITÓRIA-ES

NEIGHBORHOOD PLAN: PLANNING FOR THE CONSOLAÇÃO NEIGHBORHOOD IN VITÓRIA-ES

Thales Nunes Ribeiro Bis¹

Vinícius Galvão Ramos¹

RESUMO: O processo de urbanização está intimamente ligado ao crescimento populacional e à concentração de atividades econômicas nas áreas urbanas, o espaço urbano é uma construção social resultante das relações econômicas e sociais, sendo sempre relativo a processos sociais específicos. As desigualdades sociais são refletidas no ambiente urbano, e a justiça social deve guiar o planejamento urbano. A urbanização pode promover o progresso, mas também gerar consequências negativas como bairros degradados, congestionamento e problemas de saneamento, exacerbando desafios climáticos e ambientais. No contexto urbano, os bairros são unidades essenciais de identidade e convivência. O bairro Consolação enfrenta desafios como a falta de inclusão no planejamento urbano e ocupação irregular, intensificada pela migração interna após a crise cafeeira e a industrialização. Para abordar esses desafios, um plano de bairro foi elaborado, após um estudo de caso do bairro, estudo de referência, levantamento de dados demográficos a partir do censo bairro a bairro e aplicação de um questionário para consulta pública, por um acordo entre moradores e frequentadores, assim como um estudo de caso, sendo então feito um plano de bairro visando melhorias urbanísticas, ambientais e habitacionais.

Palavras-chave: Urbanismo; Plano de bairro; Infraestrutura urbana.

ABSTRACT: The urbanization process is closely linked to population growth and the concentration of economic activities in urban areas. Urban space is a social construction resulting from economic and social relations, always relating to specific social processes. Social inequalities are reflected in the urban environment, and social justice must guide urban planning. Urbanization can promote progress, but also generate negative consequences such as slums, congestion and sanitation problems, exacerbating climate and environmental challenges. In the urban context, neighborhoods are essential units of identity and coexistence. The Consolação neighborhood faces challenges such as the lack of inclusion in urban planning and irregular occupation, intensified by internal migration after the coffee crisis and industrialization. To address these challenges, a neighborhood plan was developed, following a neighborhood case study, reference study, survey of demographic data from a neighborhood-by-neighborhood sense and application of a questionnaire for public consultation, by agreement between residents and frequenters, as well as a case study, and then a neighborhood plan is created aiming at urban, environmental and housing improvements.

Keywords: Urbanism; Neighborhood plan; Urban infrastructure.

¹Centro Universitário Salesiano - UniSales. Vitória/ES, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A urbanização é um processo dinâmico fortemente ligado ao crescimento populacional e à concentração de atividades econômicas nas áreas urbanas. Henri Lefebvre (1991) argumenta que o espaço urbano é uma construção social resultante das relações econômicas e sociais que ocorrem dentro dele.

Lefebvre afirma que o espaço não é um dado absoluto, é sempre relativo a processos sociais específicos e, ao mesmo tempo, é a condição de possibilidade desses processos (Lefebvre, 1991).

Esse influxo populacional e a concentração de atividades econômicas muitas vezes geram uma demanda crescente por moradia, empregos, infraestrutura e serviços básicos. David Harvey (1973), explora como as desigualdades sociais são refletidas e amplificadas no ambiente urbano. Ele destaca que "a justiça social deve ser um princípio orientador no planejamento urbano, pois as cidades refletem e reproduzem as desigualdades sociais existentes" (Harvey, 1973).

Assim, a urbanização pode tanto promover o progresso quanto gerar consequências negativas, como o surgimento de bairros degradados, congestionamento de trânsito e problemas de saneamento, conforme apontado por Syaodih (2019).

Esses impactos ambientais não apenas ameaçam a qualidade de vida dos habitantes urbanos, mas também têm ramificações contribuindo para os desafios relacionados às mudanças climáticas e à sustentabilidade ambiental, a falta de planejamento urbano adequado pode exacerbar esses problemas.

No contexto urbano, os bairros assumem um papel fundamental, representando unidades de identidade e convivência para comunidades locais.

Apesar de ser uma área historicamente significativa na cidade de Vitória - ES, o bairro Consolação enfrenta uma série de desafios que afetam diretamente a qualidade de vida de seus residentes e o desenvolvimento urbano sustentável.

A falta de inclusão da população nos processos de planejamento urbano, aliada à ocupação irregular do espaço iniciada no final dos anos 1920, que se intensifica na década de 60 com migrantes do interior do Espírito Santo e também de outros estados, expulsos dos campos pela crise cafeeira e atraídos pela industrialização recente. Sem estrutura para receber essa migração campo-cidade, muitos problemas socioespaciais surgiram, principalmente a ocupação irregular de encostas e manguezais.

De acordo com o Durham County Council (s.d.), o plano de desenvolvimento de bairro é o planejamento urbano local, visando buscar melhorias urbanísticas, ambientais, paisagísticas e habitacionais. Que é elaborado por um acordo entre a Prefeitura, moradores e usuários do bairro, que determina quais obras e políticas públicas precisam ser implementadas para valorizar o local e atender as necessidades dos moradores (Durham County Council, s.d).

Este trabalho tem como objetivo geral propor um plano de bairro para o bairro Consolação em Vitória, ES, que integre soluções sustentáveis para os desafios enfrentados pela comunidade local, considerando aspectos como infraestrutura, habitação, espaços públicos e mobilidade urbana.

Para alcançar esse objetivo, pensou - se em uma série de objetivos específicos que guiarão a investigação e propostas:

- Compreender as origens do bairro Consolação e seu desenvolvimento ao longo do tempo e os eventos que moldaram sua identidade atual.
- Verificar a composição socioeconômica do bairro Consolação, incluindo dados sobre idade, renda, ocupação e estrutura familiar.
- Compreender as necessidades, preocupações e aspirações da comunidade em relação ao bairro Consolação.
- Realizar estudos de referência de outros planos de bairro: Analisar exemplos de sucesso e desafios enfrentados em planos de bairro similares pode fornecer visões valiosas e inspiração para o desenvolvimento do plano para o bairro Consolação.

Ao abordar esses objetivos, almejamos contribuir para o fortalecimento e a sustentabilidade do bairro Consolação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O urbanismo é uma disciplina multifacetada que abrange o planejamento, desenvolvimento e organização dos espaços urbanos, visando criar ambientes habitáveis, sustentáveis e funcionais. Trata-se de uma área que integra conhecimentos de diversas ciências como a arquitetura, a engenharia, a sociologia, a economia, e o meio ambiente, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida nas cidades (Unijorge, 2024).

Segundo Gordon Cullen (1961), o urbanismo é a arte de construir cidades, compreendendo o desenho e a organização dos espaços urbanos para o benefício das pessoas que nele vivem.

O urbanismo também tem um papel central na promoção da justiça social. Cidades bem planejadas podem ajudar a reduzir desigualdades ao fornecer acesso equitativo a serviços básicos, habitação de qualidade, e oportunidades econômicas.

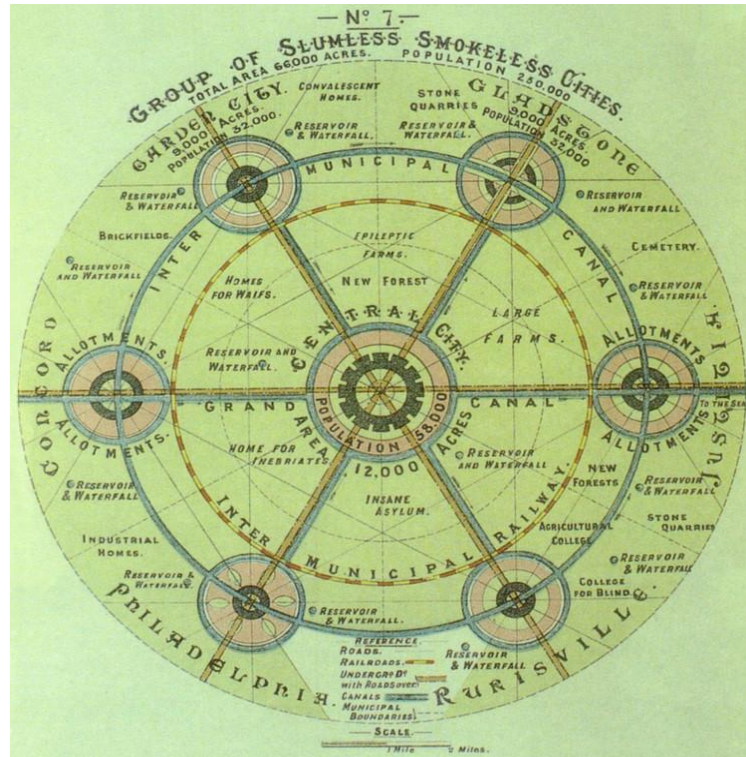
O urbanismo contemporâneo abrange uma ampla gama de preocupações, desde a infraestrutura básica, como estradas e redes de saneamento, até aspectos mais subjetivos, como a estética urbana e o patrimônio cultural.

A origem do urbanismo pode ser rastreada até as primeiras civilizações, onde já existiam preocupações com a organização dos espaços para facilitar o convívio social e a funcionalidade das cidades.

No entanto, o conceito moderno de urbanismo começou a tomar forma durante a Revolução Industrial, quando o rápido crescimento urbano e as condições precárias de vida nas cidades demandaram um planejamento mais cuidadoso e estruturado.

Ebenezer Howard (1898) propôs um modelo de cidade-jardim (Figura 1) que combinava os benefícios da vida urbana e rural, sendo uma das primeiras tentativas de criar um planejamento urbano que considerasse o bem-estar dos habitantes e do meio ambiente.

Figura 1 - Modelo de cidade jardim de Ebenezer Howard



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/961040/o-que-sao-cidades-jardim> Publicado em 26 de Maio de 2021

Um dos princípios fundamentais do urbanismo é a sustentabilidade. O crescimento das cidades tem um impacto significativo no meio ambiente, e é crucial que o planejamento urbano leve em consideração práticas sustentáveis para mitigar os efeitos negativos desse crescimento.

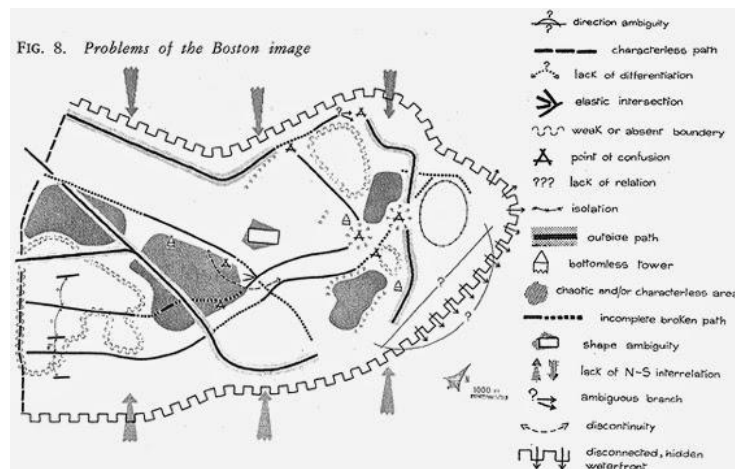
A Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável inclui metas específicas relacionadas ao urbanismo, como a Meta 11, que visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Segundo o relatório da ONU-Habitat (2020), o urbanismo sustentável é essencial para enfrentar desafios globais como a mudança climática e a desigualdade social.

Henri Lefebvre (1968) destacou a importância do direito dos cidadãos de participar na criação e transformação de suas cidades, enfatizando que o espaço urbano deve ser produzido e controlado democraticamente para atender às necessidades de todos os seus habitantes.

Além disso, o urbanismo lida com a complexa tarefa de preservar o patrimônio cultural e histórico das cidades enquanto acomoda o crescimento e a modernização. A integração harmoniosa entre o antigo e o novo é um desafio constante para os urbanistas, que devem equilibrar a conservação com a inovação.

Kevin Lynch (1960), discutiu como os habitantes percebem e interagem com os espaços urbanos, destacando a importância de elementos como marcos, caminhos e bairros (Figura 2) na formação da identidade e memória coletiva das cidades.

Figura 2 - Pontos de Lynch



Fonte: <https://iau-ufc.blogspot.com/2014/08/percepcao-do-ambiente-construido-lynych.html> (2014)

Outro aspecto fundamental do urbanismo é a mobilidade urbana. Cidades eficientes dependem de sistemas de transporte bem planejados que facilitem a movimentação das pessoas e bens. O conceito de mobilidade sustentável tem ganhado destaque, promovendo modos de transporte mais ecológicos e inclusivos, como o transporte público de qualidade, ciclovias e calçadas adequadas.

Jane Jacobs (1961) criticou as práticas de planejamento urbano da época e defendeu a importância da diversidade e vitalidade urbana, argumentando que “as cidades possuem a capacidade de fornecer algo para todos, apenas porque, e apenas quando, são criadas por todos”.

Jan Gehl (2010), argumenta que as cidades devem ser projetadas para pessoas, não para carros, enfatizando a importância de criar espaços urbanos que priorizem o pedestre e promovam interações sociais.

A configuração e o planejamento dos bairros também influenciam significativamente a mobilidade urbana. Bairros bem planejados incorporam princípios de design que promovem a caminhada, o uso de bicicletas e o transporte público, reduzindo a dependência de automóveis e, conseqüentemente, os níveis de poluição e congestionamento (Newman & Kenworthy, 1999).

Em suma, o urbanismo é vital para o desenvolvimento das cidades modernas, englobando uma série de práticas e princípios que visam melhorar a qualidade de vida dos habitantes urbanos. Desde a infraestrutura básica até a estética e sustentabilidade, o urbanismo busca criar espaços que sejam funcionais, inclusivos e agradáveis.

Como destacou Richard Rogers (1997), o sucesso das cidades do futuro dependerá da nossa capacidade de criar ambientes urbanos que sejam sustentáveis, justos e que promovam a qualidade de vida para todos.

O urbanismo, portanto, não é apenas uma questão técnica, mas também um compromisso ético e social com a construção de um futuro urbano melhor para todos.

Os bairros desempenham um papel crucial na estrutura urbana por várias razões. Primeiramente, eles facilitam a proximidade e a interação social, elementos essenciais para a coesão comunitária e a construção de capital social. Esta proximidade favorece a criação de redes de apoio, solidariedade e cooperação entre os moradores (Putnam, 2000).

Em segundo lugar, os bairros são pontos focais para a prestação de serviços públicos e privados, incluindo escolas, centros de saúde, áreas de lazer e comércio local. A acessibilidade e a qualidade desses serviços têm um impacto direto na vida diária dos habitantes e na percepção geral de bem-estar (Gehl, 2011).

Além disso, os bairros desempenham um papel vital na promoção da segurança pública. Espaços bem iluminados, movimentados e projetados para a vigilância natural contribuem para a redução da criminalidade e aumentam a sensação de segurança entre os residentes (Jacobs, 1961).

A preservação da identidade cultural e histórica dos bairros é outro aspecto importante. Muitos bairros possuem características únicas que refletem a história, a arquitetura e as tradições culturais de suas comunidades (Jacobs, 1961).

A conservação dessas características não só valoriza o patrimônio cultural, mas também fortalece a identidade local e o orgulho comunitário (Zukin, 2010). A gentrificação, um fenômeno onde áreas urbanas são renovadas e revitalizadas, pode representar um desafio nesse contexto, pois pode levar à deslocação de moradores tradicionais e à perda de características culturais distintivas.

Portanto, o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação é uma consideração crucial no planejamento urbano (Smith, 1996).

Por fim, os bairros têm um papel central na promoção da sustentabilidade urbana. A integração de práticas sustentáveis, como a utilização de energia renovável, a gestão eficiente de resíduos e a promoção de espaços verdes, pode transformar os bairros em modelos de sustentabilidade ambiental (Beatley, 2000).

3 PLANEJAMENTO

No contexto histórico, o processo de urbanização no Brasil tem raízes profundas que remontam ao período colonial, porém o planejamento somente entra em ação no segundo quartel do século XIX com as práticas higienistas levando aos primeiros planejamentos no Brasil (Deák; Schiffer, 1999).

Csaba Deák e Sueli Ramos Schiffer (1999), exploram as dinâmicas e os desafios enfrentados pelas cidades brasileiras à medida que cresceram e se transformaram em centros urbanos complexos (Deák; Schiffer, 1999).

Eles argumentam que a urbanização no Brasil foi marcada por uma série de desequilíbrios, como a concentração de infraestrutura em áreas específicas e a exclusão socioespacial de grandes parcelas da população (Deák; Schiffer, 1999).

O planejamento higienista da época levou à exclusão social para as camadas mais pobres, levando a criação de vielas e bairros caracterizados pela favelização da população (Deák; Schiffer, 1999).

Ronaldo Guimarães Gouvêa (2005), aprofunda a discussão sobre a formação e os problemas das regiões metropolitanas.

Ele aponta que a rápida urbanização gerou uma série de desafios metropolitanos, como a fragmentação administrativa, a falta de coordenação intermunicipal e a necessidade de políticas públicas integradas para lidar com questões como transporte, habitação e saneamento básico.

Gouvêa destaca a importância de um planejamento metropolitano eficaz para a gestão sustentável das grandes aglomerações urbanas.

Flávio Villaça, em sua contribuição ao livro organizado por Deák e Schiffer (1999), oferece uma análise crítica da história do planejamento urbano no Brasil.

Identificando e dividindo em três períodos a história do planejamento urbano no Brasil, diferentes fases e abordagens do planejamento, desde as primeiras tentativas de ordenamento urbano no início do século XX até as políticas mais recentes (Villaça, 1999).

O primeiro período iniciou-se no final do século XIX, por volta de 1875 e vai até o ano de 1930. O segundo vai de 1930 até por volta de 1992, ano em que se inicia o terceiro período e que perdura até o fim do século X (Villaça, 1999).

O primeiro período se destaca pelo ideal de embelezamento da cidade, criando avenidas e monumentos buscando rompimento com o passado de urbanização colonial, que era visto como primitivo (Villaça, 1999).

O segundo período se destaca pela intensificação da urbanização, com a crise cafeeira e a necessidade de industrialização, ocorre um êxodo, onde os trabalhadores do campo passam a ocupar a cidade, intensificando as diferenças sociais e pela criação do plano diretor (Villaça, 1999).

O terceiro período se destaca pelas suas políticas de reforma, dando ênfase na moradia como um problema urbano (Villaça, 1999).

Villaça critica a prevalência de planos urbanísticos que muitas vezes não saem do papel e a falta de continuidade nas políticas públicas, argumentando que o planejamento urbano no Brasil frequentemente serve mais aos interesses de grupos específicos do que ao bem comum (Villaça, 1999).

Essas análises são complementadas pela obra de José Afonso da Silva (2006), que examina o Direito Urbanístico Brasileiro e sua evolução ao longo das décadas.

Silva discute a importância da função social da propriedade e do planejamento participativo, defendendo que a legislação urbanística deve promover a justiça social e a distribuição equitativa dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

3.1 PLANO DE BAIRRO

O Plano de Desenvolvimento de Bairro é um instrumento de planejamento urbano que faz parte do Plano Diretor e busca trabalhar mais proximamente com os cidadãos e moradores, promovendo melhorias urbanas em um espaço delimitado com base nas necessidades específicas de uma comunidade (Fecomerciosp, 2015).

Além disso, é necessário desenvolver um registro abrangente da memória social do bairro, contemplando o passado, o presente e as projeções para o futuro (Fecomerciosp, 2015).

Jan Gehl (2014) propõe um enfoque no design urbano que coloca as pessoas no centro do planejamento. Gehl argumenta que as cidades devem ser projetadas para promover a interação social, a segurança e o bem-estar dos seus habitantes (Gehl, 2014).

Ele enfatiza a importância de espaços públicos de qualidade que incentivem a vida urbana ativa e a coesão social (Gehl, 2014). Esse enfoque é fundamental para o desenvolvimento de planos de bairro que visam criar ambientes urbanos sustentáveis e inclusivos.

Segundo Jacobs (1961, p. 5 - 6), muito mais do que um espaço urbano fechado, recortado por ruas e avenidas, construído com blocos de concreto e lajes de aço a dominar todas as paisagens, a cidade é um território de relações no qual cada cidadão/cidadã busca satisfazer suas necessidades e realizar seus quereres. (...) É uma realidade viva, pulsante. Ela é composta e compõe uma rede de fluxos de pessoas, mercadorias, matérias, energias em constante movimento.

O reconhecimento da identidade do bairro, por meio da investigação e documentação de sua história, cenário e cultura, é fundamental para preservar e valorizar a identidade local (Tuan, 1980).

Esse processo envolve muito diálogo, respeitando o tempo de cada pessoa e utilizando diversas formas de obter informações e propostas da comunidade. É importante também ouvir as pessoas que não moram no local, mas que o frequentam e o impactam de alguma forma (Fecomerciosp, 2015).

Uma das áreas críticas abordadas no plano de bairro é a mobilidade urbana. Segundo Duarte (2012), serviços públicos como transporte de qualidade e conexões modais no meio urbano representam um dos principais meios de garantir direitos básicos aos cidadãos, pois permitem acesso a equipamentos urbanos, serviços de educação, saúde, lazer e ao mercado de trabalho. A mobilidade urbana adequada não só facilita a movimentação das pessoas, mas também promove a inclusão social e a equidade (Duarte, 2012).

A diversidade econômica dentro dos bairros promove a criação de empregos locais e incentiva o empreendedorismo, o que pode levar a um desenvolvimento econômico mais sustentável e inclusivo (Jacobs, 1961). Além disso, a presença de mercados locais e pequenos negócios fortalece a economia local e reduz a necessidade de longos deslocamentos, contribuindo para uma menor pegada de carbono e uma melhor qualidade de vida urbana (Porter, 1995).

Além disso, a participação ativa dos moradores no planejamento e na gestão dos bairros é fundamental para assegurar que as soluções adotadas sejam eficazes e atendam às necessidades locais (Arnstein, 1969).

A participação dos moradores é essencial para a compreensão do território. Eles trazem um conjunto de percepções, informações e explicações acerca das realidades cotidianas que são únicas ao seu conhecimento como residentes. Este conhecimento empírico é valioso para o planejamento, pois garante que as decisões tomadas são fundamentadas nas experiências e necessidades reais da comunidade (Arnstein, 1969).

Um entendimento detalhado das condições atuais do local é crucial. O diagnóstico local deve ser participativo, promovendo espaços para a interação dos participantes e desenvolvendo plataformas digitais para debater problemas e propor sugestões (Fecomerciosp, 2015).

O planejamento do bairro dá à sua comunidade a oportunidade de apresentar propostas concretas, tais como:

Desenvolvimento de uma visão compartilhada para o bairro: A comunidade pode colaborar na criação de uma visão comum que orienta o desenvolvimento futuro, garantindo que ele reflita os valores e objetivos dos moradores. (Fecomerciosp, 2015)

Escolha de locais para novas construções: Os moradores podem decidir onde novas casas, lojas, escritórios e outros empreendimentos devem ser construídos, assegurando que o desenvolvimento atenda às suas necessidades e respeite o caráter do bairro (Fecomerciosp, 2015).

Identificação e proteção de espaços verdes locais: A comunidade pode identificar áreas que devem ser preservadas como espaços verdes, essenciais para o bem-estar e a qualidade de vida urbana (Fecomerciosp, 2015).

Participação no design de novos edifícios: Os moradores podem ter voz sobre como devem ser os novos edifícios, influenciando o design para que ele seja harmonioso com o ambiente existente e as preferências estéticas da comunidade (Fecomerciosp, 2015).

Qualquer plano de bairro deve alinhar-se com as políticas de planejamento nacionais. Os planos de bairro não podem bloquear o desenvolvimento já decidido através do plano local do município ou do desenvolvimento já planejado.. (Fecomerciosp, 2015)

No caso de Vitória, ES, este órgão é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade, responsável por coordenar o planejamento urbano, o zoneamento, o licenciamento e outros aspectos relacionados ao desenvolvimento e ordenamento do território urbano.

Além das políticas de planejamento existentes para a área, o planejamento do bairro pode desenvolver outras políticas relacionadas com o futuro desenvolvimento e uso da terra no bairro (Fecomerciosp, 2015).

Isso pode incluir políticas gerais ou específicas do local, abordando questões como sustentabilidade, densidade populacional, preservação ambiental e infraestrutura urbana (Healey, 1997).

A criação de um plano de bairro é um processo complexo que envolve diversas etapas e a participação de múltiplos atores. A primeira fase geralmente envolve a coleta de dados e a análise da situação atual do bairro (Fecomerciosp, 2015).

Isso inclui a avaliação das infraestruturas existentes, a demografia, a economia local, os serviços disponíveis e as áreas verdes. É crucial envolver a comunidade para garantir que as informações coletadas reflitam a realidade do bairro (Fecomerciosp, 2015).

O planejamento de bairro se torna, assim, um instrumento essencial para possibilitar um desenvolvimento urbano ordenado e alinhado com as expectativas e necessidades dos moradores (Fecomerciosp, 2015).

Ele promove um processo participativo que não só fortalece a coesão social, mas também contribui para a criação de ambientes urbanos mais justos, equitativos e sustentáveis (Fecomerciosp, 2015).

4 ESTUDOS DE REFERÊNCIA PROJETUAL

Planos de bairro têm se mostrado uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento urbano sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Estes planos são detalhadamente elaborados com o objetivo de atender às necessidades específicas de cada comunidade, levando em consideração aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Em São Paulo, os planos de bairro visam organizar o crescimento urbano, melhorar a infraestrutura e proporcionar maior acessibilidade aos serviços públicos. No Rio de Janeiro, os planos de bairro têm um enfoque particular na revitalização de áreas degradadas e na inclusão social.

Esses exemplos mostram que os planos de bairro são uma ferramenta versátil e poderosa para enfrentar os desafios urbanos contemporâneos. Eles permitem uma abordagem mais localizada e específica, adaptando soluções às realidades de cada comunidade.

Além disso, ao envolver os moradores no processo, esses planos promovem um senso de pertencimento e responsabilidade coletiva, o que é crucial para a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo dos projetos urbanos.

4.1 JARDIM LAPENNA

O Jardim Lapenna, localizado na Zona Leste de São Paulo, enfrenta desafios significativos, característicos das periferias urbanas de grandes cidades, especialmente em países em desenvolvimento. Esses desafios incluem a falta histórica de planejamento urbano adequado, uma participação social limitada e uma infraestrutura insuficiente, todos contribuindo para condições de vida desfavoráveis para os moradores (FAU UPM, 2024).

No entanto, o Jardim Lapenna também apresenta potencialidades territoriais que podem ser utilizadas como base para a transformação social e urbana, aproveitando o potencial intrínseco do local e da sua comunidade (FAU UPM, 2024).

O relatório sobre o Jardim Lapenna, elaborado pela Fundação Tide Setubal, apresenta diretrizes para o desenvolvimento sustentável do bairro, com foco na habitação de interesse social (FAU UPM, 2024).

Essas diretrizes foram desenvolvidas após um processo de 10 semanas de encontros, realizados no segundo semestre de 2020, que envolveram representantes do bairro, sociedade civil, arquitetos e urbanistas experientes (FAU UPM, 2024).

O objetivo principal é favorecer os movimentos locais que buscam melhorias no tecido urbano, oferecendo contribuições para a reflexão sobre o papel da habitação no desenvolvimento sustentável do bairro e sua integração com outros eixos de bem-estar urbano (FAU UPM, 2024).

As diretrizes abordam diversos aspectos, incluindo desenho urbano e arquitetônico, processos pré e pós-ocupação, participação social e gestão coletiva, modelo de negócio e financiamento (FAU UPM, 2024).

Entre as principais recomendações está a adoção de um modelo de habitação por aluguel em vez de compra, visando maior flexibilidade e adaptabilidade para os moradores (FAU UPM, 2024).

Este modelo permite maior mobilidade entre unidades habitacionais de acordo com as necessidades e recursos das famílias, além de controlar localmente os preços dos aluguéis, contribuindo para uma dinâmica territorial mais justa e estável (FAU UPM, 2024).

O relatório também propõe um modelo de gestão civil, onde uma associação sem fins lucrativos seria responsável pela promoção e gestão das unidades habitacionais (FAU UPM, 2024).

Esse modelo enfatiza a participação comunitária e a gestão democrática, buscando a inclusão de diversos atores sociais na tomada de decisões. A proposta inclui a criação de um arranjo financeiro híbrido (*blended finance*), que combina diferentes fontes de capital para viabilizar o financiamento das novas unidades habitacionais (FAU UPM, 2024).

Esse arranjo visa atrair tanto recursos filantrópicos quanto capital de interesse comercial, estabelecendo um ambiente seguro e atrativo para investimentos em larga escala (FAU UPM, 2024).

Além disso, o relatório destaca a importância de garantir a segurança na locação dos imóveis, prevenindo despejos indevidos e promovendo a estabilidade socioeconômica dos moradores (FAU UPM, 2024).

Também são enfatizadas práticas arquitetônicas sustentáveis, como o uso de instalações hidráulicas e elétricas aparentes, ventilação cruzada, e a inclusão de espaços multiuso que possam abrigar atividades econômicas. Essas práticas visam reduzir os custos de moradia e manutenção, além de diminuir o impacto ambiental (FAU UPM, 2024).

A integração do projeto com o meio urbano é outro ponto crucial, com diretrizes que promovem a ativação da fachada dos edifícios para aumentar a segurança comunitária e a conexão visual com as ruas. A preservação das relações culturais, memória e vizinhança é igualmente importante, buscando manter a diversidade social e prevenir a segregação socioespacial (FAU UPM, 2024).

4.2 JARDIM PANTANAL

O Plano de Bairro do Jardim Pantanal, elaborado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento São Paulo (IABsp) em parceria com o Instituto Alana e a comunidade local, é uma iniciativa de planejamento urbano participativo. O plano visa transformar uma das regiões mais vulneráveis de São Paulo, situada às margens do Rio Tietê, por meio da integração de conhecimentos técnicos e saberes locais (IABsp, 2024 A).

A primeira fase do plano, iniciada em 2020, focou em diretrizes emergenciais e preliminares, considerando a pandemia de COVID-19 e a necessidade de infraestrutura básica. Esse estágio incluiu um levantamento detalhado do território e das demandas da comunidade, abordando temas como mobilidade, espaços públicos e meio ambiente. Entre as propostas iniciais estavam melhorias em saneamento, regularização fundiária e criação de áreas verdes e "jardins de chuva" para mitigação de enchentes e melhoria da qualidade do ar (IABsp, 2024 A).

A segunda fase, lançada em 2024, aprofundou essas iniciativas, destacando ações prioritárias e ferramentas para articulação comunitária. Este estágio reforçou a importância da mobilidade urbana e ambiental, propondo redes cicloviárias e a valorização de cursos d'água locais. A consulta à comunidade continua sendo um pilar essencial, garantindo que as intervenções urbanas reflitam os desejos e necessidades dos moradores (IABsp, 2024 A).

A consulta à comunidade foi fundamental para a elaboração e implementação do Plano de Bairro do Jardim Pantanal. Esse plano é um instrumento de planejamento urbano que integra conhecimentos técnicos e saberes locais, promovendo uma transformação participativa no bairro. Desde o início, em 2020, a comunidade local esteve ativamente envolvida em todas as etapas do plano, desde o levantamento de necessidades até a formulação de diretrizes e ações prioritárias (IABsp, 2024 A).

Na primeira fase do plano, a comunidade contribuiu para a identificação das principais demandas do bairro, como infraestrutura de saneamento, regularização fundiária e criação de espaços públicos verdes. Essa fase incluiu a realização de oficinas e debates, onde os moradores puderam expressar suas preocupações, expectativas e sugestões para a melhoria do bairro (IABsp, 2024 B).

A segunda fase, lançada em 2024, continuou a valorizar a participação comunitária, especialmente na definição de ações prioritárias e na criação de ferramentas para a articulação e monitoramento das ações do poder público. A comunidade teve um papel ativo na discussão sobre mobilidade urbana e ambiental, ajudando a formular propostas como a criação de redes cicloviárias integradas e a valorização dos cursos d'água locais (IABsp, 2024 B).

Além disso, a participação comunitária garantiu que as soluções propostas no plano fossem realistas e atendessem às reais necessidades dos moradores. Essa colaboração contínua não só fortaleceu o senso de pertencimento e autonomia da comunidade, mas também facilitou o diálogo com os tomadores de decisão, promovendo uma maior eficácia na implementação das ações previstas (IABsp, 2024 B).

5 METODOLOGIA

O ponto de partida da pesquisa foi o estudo da história do bairro Consolação, localizado na cidade de Vitória, Espírito Santo. A revisão bibliográfica incluiu fontes históricas, documentos oficiais, artigos acadêmicos e outras publicações pertinentes ao desenvolvimento do bairro buscando compreender a evolução urbana e social de Consolação.

Em seguida, foi feita a análise de estudos de referência de outros planos de bairro. Levantamento e análise de casos de outros planos de bairro com o objetivo de identificar metodologias aplicadas.

Para entender a composição populacional do bairro, foi conduzido um levantamento socioeconômico com base em fontes secundárias. Os dados foram coletados a partir de censos populacionais, registros municipais e estudos acadêmicos.

Em seguida foi realizado o desenvolvimento de um questionário qualitativo online com moradores, que foi enviado e avaliado pelo comitê de ética CAAE: 81548124.4.0000.5068, abordando questões sobre as percepções, necessidades e aspirações dos moradores em relação ao bairro Consolação.

Após aplicação do questionário foi elaborado um Plano de Bairro. Análise integrada dos resultados obtidos nas etapas anteriores para identificar desafios prioritários e oportunidades de intervenção no bairro Consolação.

Formulação de diretrizes e propostas de ação para melhorias urbanísticas, habitacionais, ambientais e sociais, considerando as necessidades e aspirações da comunidade local.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escolha do bairro Consolação, em Vitória, ES, para a realização deste estudo deve-se ao fato de ser uma área residencial antiga, com um histórico de falta de infraestrutura urbana. (figura 3).

Figura 3 - Notícia sobre infraestrutura do bairro (2008)

Faltam calçadas, e moradores temem atropelamentos

No bairro Consolação, moradores pedem a construção de calçadas e a sinalização das vias

PRISCILLA THOMPSON
■ As ruas do bairro Consolação, em Vitória, são um grande problema para os moradores. Como não há calçadas em boa parte delas, o risco de atropelamentos é constante, principalmente para as crianças e os idosos, contam os moradores. A situação é, também, o maior alvo de reclamação da população, que pede melhorias e soluções urgentes à prefeitura. "Andar por aqui é um desafio. Primeiro, porque quase não existem calçadas nas ruas. Segundo, porque a sinalização é mínima. E, terceiro, porque muitos motoristas e ciclistas



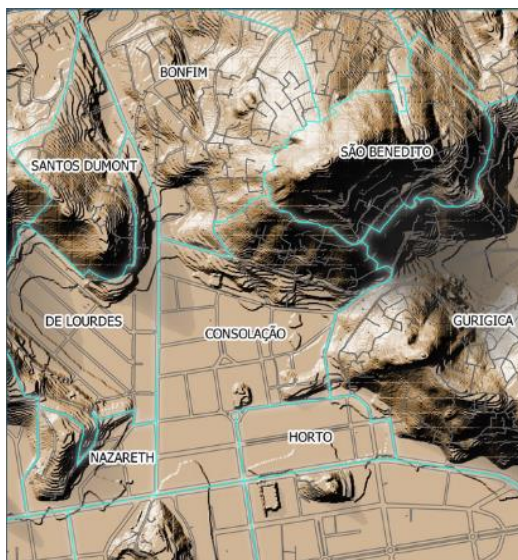
THOMPSON. Na Rua Desembargador Gilson Mendonça, quase não há calçadas para garantir a segurança dos pedestres

Fonte: Biblioteca IJNS. disponível em:

http://biblioteca.ijns.es.gov.br/ConteudoDigital/20170504_aj19134_bairro_consolacao_vitoria.pdf

O Bairro Consolação se encontra entre os bairros Bairro de Lourdes, Nazareth, Gurigica, São Benedito, Bonfim, Santos Dumont, Monte Belo, Bento Ferreira e Horto. Ficando próximo aos morros Grande e Floresta (figura 4).

Figura 4 - Localização do bairro



Fonte: Adaptado geoweb (2024)

6.1 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO BAIRRO CONSOLAÇÃO

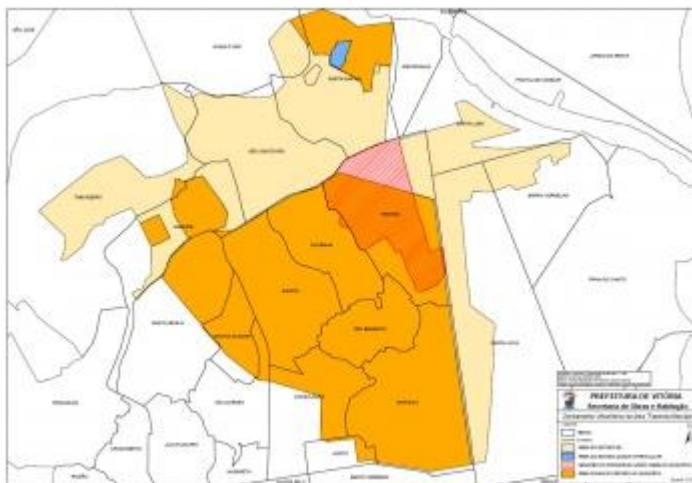
A história do bairro Consolação, situado na cidade de Vitória, Espírito Santo, remonta ao início do século passado, por volta de 1910, quando a região era conhecida como Gurigica. Esse nome peculiar se deve à presença de uma árvore nativa da área, que pode ser encontrada até os dias de hoje. Gurigica era uma área composta por terrenos baixos, formados por antigos mangues, e parte do morro Grande (Memória viva do bairro. calango notícias, 2019).

A Rua Gilson Mendonça dividia Gurigica em duas partes: Gurigica de Dentro e Gurigica de Fora. Gurigica de Fora conectava o bairro à avenida Marechal Campos, próxima a Maruípe, enquanto Gurigica de Dentro fazia fronteira com o bairro Santa Lúcia. Antes de receber o nome de Gurigica, a região era conhecida como “Baixa da Égua”, devido à presença de um criadouro de éguas, que era uma característica marcante do local (Memória viva do bairro. calango notícias, 2019).

No início, as condições de habitação em Gurigica eram bastante precárias. A iluminação era feita por lamparinas e não havia abastecimento de água encanada. Os moradores dependiam de torneiras comunitárias, poços e de um chafariz para suprir suas necessidades básicas de água (Memória viva do bairro. calango notícias, 2019).

A história de Consolação também está ligada a antigas propriedades rurais. A região fazia parte da antiga “Fazenda Maruípe” (figura 5), que pertencia ao ex-presidente do Governo do Espírito Santo, Francisco Accioly Filho, e posteriormente foi vendida ao inglês Brian Barry, gerente de uma importante empresa de exportação de café (Prefeitura Vitória. Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/noticia/regularizacao-fundiaria-da-antiga-fazenda-maruipe-acontece-ha-13-anos-26331>).

Figura 5 - Extensão da Fazenda Maruípe



Fonte: Prefeitura Vitória. Disponível em:
<https://m.vitoria.es.gov.br/noticia/regularizacao-fundiaria-da-antiga-fazenda-maruipe-acontece-ha-13-anos-26331>

Em 1910, a propriedade foi transferida ao cônsul da Alemanha, Nicolau Von Schilgen, e depois vendida ao governo do estado na década de 1920. A Fazenda Maruípe compreendia uma vasta área de 4.620 mil m², sendo a maior propriedade territorial rural na ilha de Vitória naquela época (Prefeitura Vitória. Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/noticia/regularizacao-fundiaria-da-antiga-fazenda-maruipe-acontece-ha-13-anos-26331>).

A consolidação do bairro enfrentou muitos desafios, especialmente relacionados à infraestrutura básica. Nos anos 1950 e 1960, a falta de água encanada obrigava os moradores a descerem do morro com trouxas de roupa para lavar em uma lavanderia pública e a carregarem água para suas casas (Memória viva do bairro. calango notícias, 2019).

Essa lavanderia, construída no final dos anos 1950, foi um marco importante para a comunidade, proporcionando um espaço essencial para o cotidiano dos moradores até que a água encanada se tornasse mais comum na década de 1970 (Memória viva do bairro. calango notícias, 2019).

Outro ponto de destaque na história de Consolação é a construção da igreja do bairro, iniciada em 1954 com o apoio de líderes comunitários e religiosos. A igreja, dedicada a Nossa Senhora da Consolação, cujos moradores contribuíram diretamente para sua construção através de mutirões e doações (Memória viva do bairro. calango notícias, 2019).

Em 1963, o Estado do Espírito Santo doou 2 milhões de metros quadrados ao município de Vitória, área que compreende hoje os bairros: Jaburu; Floresta; Bonfim; São Benedito; da Penha; Itararé; Consolação e Santos Dumont (Prefeitura Vitória. Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/noticia/regularizacao-fundiaria-da-antiga-fazenda-maruipe-acontece-ha-13-anos-26331>).

Foi apenas em 1964 que Consolação surgiu oficialmente, após a aprovação de uma lei municipal que uniu a área conhecida como Gurigica de Fora a um antigo loteamento (Memória viva do bairro. calango notícias, 2019).

No final dos anos 1970, uma nova lei municipal unificou as duas áreas de Gurigica sob o nome de Consolação, em homenagem a Nossa Senhora da Consolação. Essa mudança foi prontamente aceita pelos moradores de Gurigica de Fora, enquanto os residentes de Gurigica de Dentro simplificaram o nome para Gurigica, resultando na coexistência de ambos os nomes. Em 2003, a Lei 6077 formalizou a distinção entre os bairros Gurigica e Consolação (Memória viva do bairro. calango notícias, 2019).

O bairro Consolação se destaca por sua riqueza histórica e diversidade populacional. Ao longo dos anos, tornou-se um celeiro cultural, dando origem a várias personalidades, incluindo artistas. Uma instituição importante no bairro é a Escola Pega no Samba, que ainda hoje desempenha um papel significativo na comunidade (Memória viva do bairro. calango notícias, 2019).

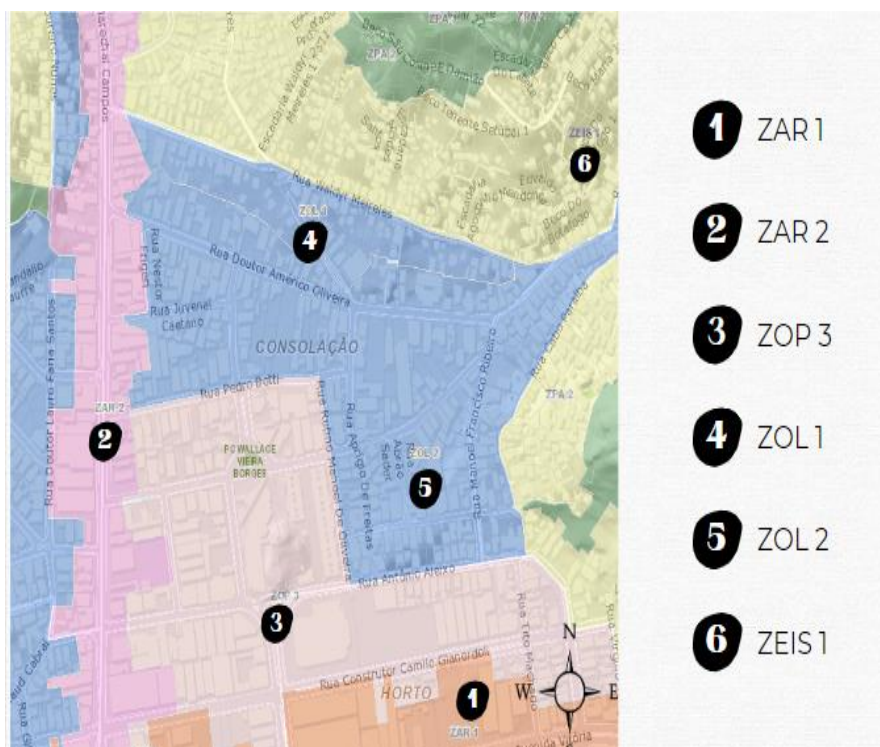
6.2 ZONEAMENTO E USOS DO SOLO

Essas zonas determinam os usos permitidos do solo (figura 7), variando entre residencial, comercial, misto e outras categorias. A análise do uso do solo revela uma predominância de áreas residenciais e mistas, com algumas regiões comerciais e áreas sem uso específico (PDU de Vitória).

Seguindo o PDU, este zoneamento estimula a variedade residencial permitindo ocupações de tipo R1 (unifamiliar), R2 (multifamiliar de pequeno porte), R3 (multifamiliar horizontal) e R4 (multifamiliar vertical) e comercial permitindo utilizações de G1, G2 e G3 e seus usos especiais.(PDU de Vitória, anexos 8 e 9).

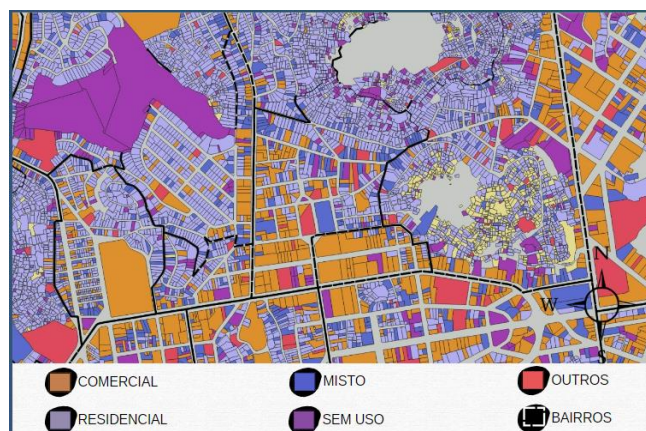
- grupo I (G1) – atividades de pequeno porte que não causam incômodos significativos à vizinhança e poluição ambiental quando adotadas as medidas adequadas para o seu controle, e nem atraem tráfego pesado ou intenso;
- grupo II (G2) – atividades de médio porte que, embora necessárias ao atendimento aos bairros, podem causar algum tipo de incomodidade ao entorno, demandando maior controle para sua implantação;
- grupo III (G3) – atividades urbanas peculiares que, pelo seu porte, escala de empreendimento ou função, independentemente do porte, são potencialmente geradoras de impacto na zona de sua implantação;
- grupo IV (G4) – atividades relacionadas à indústria de transformação geradoras de grande impacto e incompatíveis com usos residenciais

Figura 6 - Zoneamentos do bairro



Fonte: Plano Diretor Urbano de Vitória

Figura 7 - usos do solo



Fonte: Adaptado de geoweb (2024)

6.3 PLANO DE BAIRRO DE CONSOLAÇÃO

O plano de bairro para a Consolação, em Vitória-ES, foi desenvolvido com base em uma abordagem participativa e analítica. O processo envolveu duas etapas: a consulta pública e o levantamento de dados demográficos, presentes no anexo.

Primeiro, a consulta pública foi realizada para identificar as necessidades dos moradores e frequentadores, através de questionários qualitativos, foram coletadas opiniões sobre diversos aspectos do bairro, como infraestrutura, mobilidade, segurança e áreas verdes, permitindo entendimento dos principais desafios enfrentados e as melhorias desejadas.

Em seguida, os dados demográficos obtidos através do Censo foram analisados para complementar as informações da consulta pública. Foram identificadas características como a distribuição etária, a densidade populacional e os indicadores socioeconômicos do bairro. Esses dados forneceram uma visão objetiva da composição populacional.

Com base nessas informações, foi elaborado um diagnóstico urbano que identificou as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do bairro. A partir desse diagnóstico, foram propostas intervenções prioritárias para melhorar a qualidade de vida na Consolação, incluindo melhorias na mobilidade urbana, revitalização de espaços públicos e ampliação dos serviços essenciais. O plano é, portanto, um reflexo das demandas dos moradores e das características específicas do bairro, buscando promover um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo.

6.3.1 Propostas de intervenção

A primeira proposta de intervenção consiste na criação de jardins de chuva. A criação de jardins de chuva se tornou uma prática promissora para promover cidades sustentáveis, trazendo benefícios não só ambientais, mas também para os moradores.

Espaços verdes bem cuidados enriquecem a qualidade de vida local, proporcionando harmonia tanto para o ambiente quanto para quem vive nele. Esses jardins podem ser implantados em áreas públicas ou privadas de diferentes tamanhos, o jardim de chuva é uma técnica eficaz para o manejo das águas pluviais, funcionando como uma medida compensatória que mitiga problemas de drenagem em áreas urbanas ao reintroduzir a água no ciclo hidrológico (Grupo MYR, s.d).

Em comparação com os métodos tradicionais de drenagem, os custos de instalação e manutenção dos jardins de chuva são significativamente mais baixos. Esses jardins podem ser integrados em calçadas largas e rotatórias, desde que não atrapalhem o trânsito de pedestres ou veículos (Bueno, 2022).

As diretrizes para esta etapa, inclui o estudo dos pontos de alagamento do bairro, e análise das calçadas e pontos capazes de suportar um jardim de chuva.

Outra intervenção relevante inclui a regularização das calçadas, melhoria dos pontos de ônibus, e a instalação de iluminação em duas alturas, para aprimorar a acessibilidade e segurança urbana. Calçadas regularizadas, com pisos táteis e rebaixamentos em pontos estratégicos, cumprem normas de acessibilidade e permitem que todos circulem com segurança, independente de suas condições físicas (Amaral, S.d).

Diretrizes claras de pavimentação e sinalização tátil aumentam a inclusão e segurança nos espaços públicos, reduzindo o risco de acidentes e promovendo autonomia para pessoas com deficiência. A norma ABNT NBR 9050 (2020), por exemplo, especifica a inclinação ideal para calçadas e o uso de pisos táteis, essenciais para um trânsito urbano acessível.

Para esta etapa, as diretrizes incluem a aplicação da norma ABNT NBR 905 ao dar incentivo aos moradores a regularizarem suas calçadas.

Complementando a acessibilidade, a iluminação pública em duas alturas contribui de forma decisiva para a segurança. Luminárias LED, além de melhorar a visibilidade e reduzir a frequência de quedas e acidentes, inibem a criminalidade, pois áreas bem iluminadas tendem a desestimular ações ilícitas (Banco Mundial, 2022).

O Banco Mundial (2022) destaca que a iluminação pública cria um ambiente mais seguro para os pedestres, enquanto a tecnologia LED se mostra vantajosa para a sustentabilidade e economia de energia, sendo recomendada em projetos urbanos modernos. LEDs duráveis requerem manutenção menos frequente, proporcionando economia e longevidade aos espaços públicos.

Para esta etapa, cabe o mapeamento das áreas mais escuras do bairro, e a utilização de LEDs para a iluminação nos postes.

A instalação de abrigos e assentos confortáveis nos pontos de ônibus é uma medida essencial para aprimorar a experiência dos usuários do transporte público e incentivar o uso desse serviço. Essa iniciativa visa proporcionar mais conforto e acessibilidade, fatores que influenciam diretamente a satisfação dos passageiros e a percepção que eles têm do sistema de transporte coletivo (Summit mobilidade, 2022).

Estudos indicam que a qualidade dos pontos de ônibus vai muito além de oferecer proteção contra o sol e a chuva. Eles precisam atender a critérios de acessibilidade, como a inclusão de rampas de acesso e assentos adequados, em conformidade com normas como a ABNT NBR 9050 (2020), que define parâmetros para garantir acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, influenciando, assim, sua disposição para utilizar o transporte público.

Por fim, a transformação de terrenos subutilizados em playgrounds, através de um direito de preempção, e pontos de bicicletas públicas pode fomentar um ambiente comunitário que combine lazer infantil e mobilidade sustentável. Playgrounds públicos incentivam a atividade física e a socialização entre as crianças, beneficiando tanto a saúde física quanto o bem-estar psicológico, contribuindo ainda para o desenvolvimento cognitivo e emocional (Brubring, s.d).

A instalação de bicicletas públicas, por sua vez, incentiva o transporte diário sustentável, reduzindo o uso de veículos motorizados e suas emissões. Implementado em diversas cidades brasileiras. Assim, essas iniciativas visam revitalizar a área, valorizando o bairro e proporcionando um espaço que estimula a interação social e a sustentabilidade (Silveira, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do plano de bairro para a região da Consolação, em Vitória-ES, focou em integrar soluções sustentáveis aos problemas enfrentados pela comunidade, abordando áreas essenciais como infraestrutura, habitação, espaços públicos e mobilidade urbana.

Para alcançar esses objetivos, foi realizado um estudo detalhado que incluiu a análise do histórico e da evolução do bairro, a avaliação da composição socioeconômica da população e a identificação das principais necessidades dos moradores e frequentadores locais. Além disso, foram analisados planos de bairros similares, o que permitiu observar exemplos bem-sucedidos e os desafios enfrentados em outros contextos.

Os resultados apontaram para a urgência de intervenções que priorizem a sustentabilidade e a melhoria da infraestrutura, historicamente deficitária na região desde sua concepção. Entre as propostas apresentadas, destacam-se a implantação de jardins de chuva para otimizar a gestão das águas pluviais, a regularização das calçadas e a melhoria da iluminação pública para aumentar a segurança e a acessibilidade, além da revitalização de áreas subutilizadas para a criação de playgrounds e espaços de lazer comunitário.

As ações propostas neste plano de bairro visam atender às demandas identificadas pela comunidade, buscando promover uma melhora significativa na qualidade de vida dos moradores. No entanto, há um grande desafio em alinhar essas demandas com a infraestrutura atual do bairro, de modo a oferecer soluções abrangentes para a população.

Por fim, vale destacar que, para que este plano seja implementado, é necessário entregá-lo formalmente à comunidade por meio da associação de moradores. No entanto, este trabalho não incluiu essa etapa de transição, o que deixa uma lacuna no processo de desenvolvimento e aplicação efetiva das propostas.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050:2020. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020.

AMARAL, Leandro. Como projetar calçadas. Disponível em: <https://arquitetoleandroamaral.com/como-projetar-calçadas/>. (S.d) Acesso em: 12 nov. 2024.

ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 1969.

BANCO MUNDIAL. A iluminação pública como fator de segurança, inclusão e sustentabilidade. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2022/10/06/a-iluminacao-publica-como-fator-de-seguranca-inclusao-e-sustentabilidade>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BEATLEY, T. *Green urbanism: learning from European cities*. Island Press, 2000.

BIRMINGHAM CITY COUNCIL. Birmingham. 2004. Disponível em: https://www.birmingham.gov.uk/download/downloads/id/3702/aston_pride_april_2004pdf.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

BUENO, Letícia dos Santos; NASCIMENTO, Larissa Araújo do; VASQUES, Eltiza Rondino. Jardim de chuva: técnica compensatória de drenagem urbana em São Paulo/SP. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 7, n. 3, p. 195-212, mar. 2022. ISSN 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/engenharia-ambiental/jardim-de-chuva>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CULLEN, G. *The concise townscape*. Londres: Architectural Press, 1961.

CULLEN, G. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 2008.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999.

DUARTE, F. *Planejamento urbano*. Curitiba: Ibplex, 2007.

DURHAM COUNTY COUNCIL. What is neighbourhood planning? s.d. Disponível em: <https://www.durham.gov.uk/article/17018/What-is-neighbourhood-planning>. Acesso em: 14 maio 2024.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. Plano de Bairro do Jardim Lapena. Disponível em: <https://revistes.upc.edu>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GEHL, J. *Cidades para as pessoas*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

- GEHL, J. **Life between buildings: using public space**. Island Press, 2011.
- GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. **A questão metropolitana no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.
- HARVEY, D. **Social justice and the city**. London: Edward Arnold, 1973.
- HOWARD, E. **Cidades jardim do amanhã**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - DEPARTAMENTO SÃO PAULO (IABsp). Plano de Bairro do Jardim Pantanal – Fase 1. Disponível em: <<https://www.iabsp.org.br>>. Acesso em: 15 jun. 2024. (A)
- INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - DEPARTAMENTO SÃO PAULO (IABsp). Plano de Bairro do Jardim Pantanal – Fase 2. Disponível em: <<https://www.iabsp.org.br>>. Acesso em: 15 jun. 2024. (B)
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- LYNCH, K. **A theory of good city form**. MIT Press, 1981.
- MEMÓRIA viva do bairro. Calango Notícias, 2019. Disponível em: <<https://calangonoticias.com.br/wp-content/uploads/2019/11/Consolação.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2024.
- NEWMAN, P.; KENWORTHY, J. **Sustainability and cities: overcoming automobile dependence**. Island Press, 1999.
- PORTER, M. E. **The competitive advantage of the inner city**. Harvard Business Review, 1995.
- PUTNAM, R. D. **Bowling alone: the collapse and revival of American community**. Simon & Schuster, 2000.
- ROGERS, R. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Gustavo Gili, 2016.
- ROTAFLUX. Abrigo de ônibus: entenda como é feito e para que serve. Disponível em: <<https://rotaflux.com.br/abrigo-de-onibus-entenda-como-e-feito-e-para-que-serve/>>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2013.
- SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2006.
- SILVEIRA, Mariana Oliveira. Mobilidade sustentável: a bicicleta como um meio de transporte integrado. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) – COPPE, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- SMITH, N. **The new urban frontier: gentrification and the revanchist city**. Routledge, 1996.

SUMMIT MOBILIDADE. Qual é a diferença entre abrigo e ponto de ônibus? (2022). Disponível em: <<https://summitmobilidade.estadao.com.br/compartilhando-o-caminho/qual-e-a-diferenca-entre-abrigo-e-ponto-de-onibus/>>. Acesso em: 30 out. 2024.

TUAN, Yi Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

UNIJORGE. Urbanismo sustentável: desafios e soluções para cidades sustentáveis. Disponível em: <<https://www.unijorge.edu.br/postagens/urbanismo-sustentavel-desafios-solucoes-cidades-sustentaveis/>>. Acesso em: 30 out. 2024.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169-243.

VITÓRIA (Município). Plano Diretor Urbano de Vitória (PDU). Lei n.º 6.705, de 28 de junho de 2006. Disponível em: <<https://www.vitoria.es.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

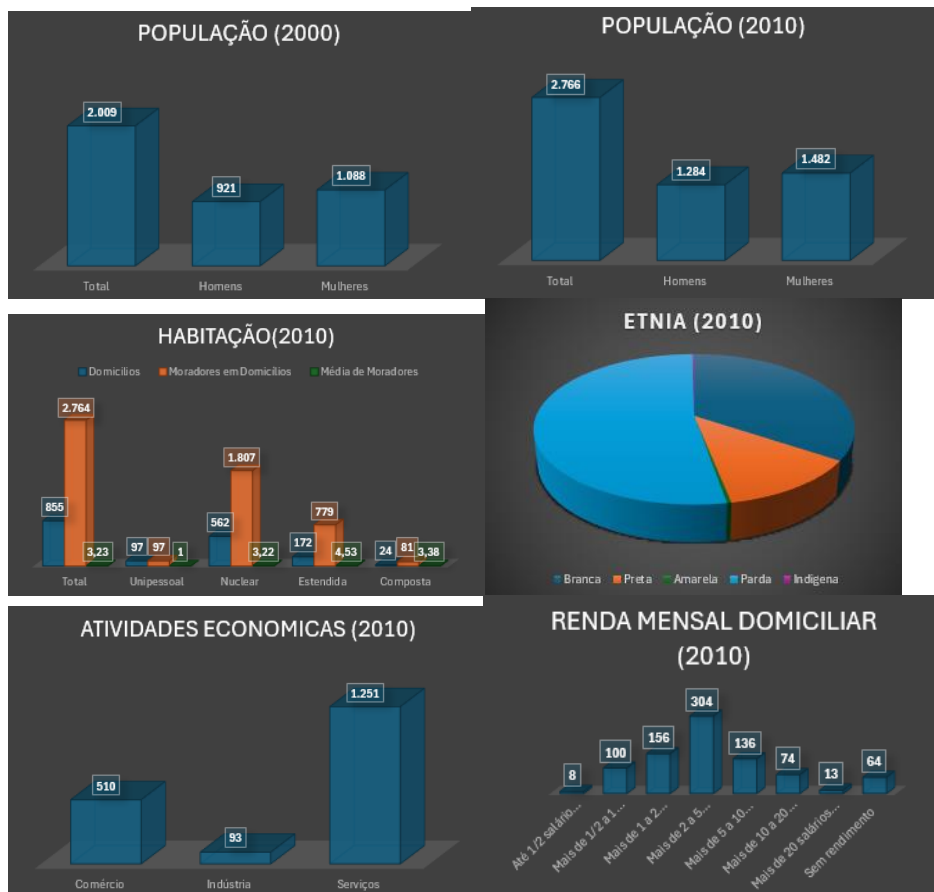
ZUKIN, S. *Naked city: the death and life of authentic urban places*. Oxford University Press, 2010.

VITÓRIA (Município). Plano Diretor Urbano de Vitória (PDU). Lei n.º 6.705, de 28 de junho de 2006. Institui o Plano Diretor Urbano do Município de Vitória/ES e dá outras providências. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Transformar nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 25 de setembro de 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 14 nov. 2024.

ANEXO

CENSO (2010)



QUESTIONÁRIO

1. Você reside ou frequenta o bairro Consolação?

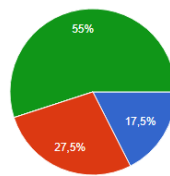
40 respostas



2. A quanto tempo você reside?

40 respostas

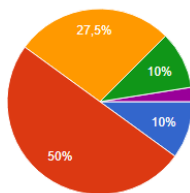
● Sim
● Não



● 0 - 2 anos
● 2 - 4 anos
● 4 - 6 anos
● 6+ anos

3. Como você avalia as opções de transporte no bairro?

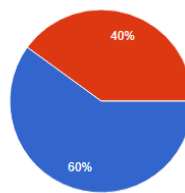
40 respostas



● Muito bom
● Bom
● Neutro
● Ruim
● Muito ruim

4. Você acha que o sistema de transporte local é eficiente?

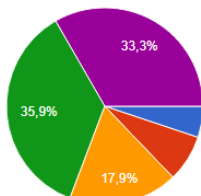
40 respostas



● Sim
● Não

5. Como você avalia as áreas de lazer disponíveis no bairro?

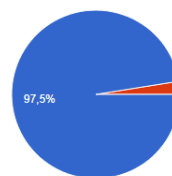
39 respostas



6. Você acredita que o bairro precisa de mais espaços verdes ou áreas de recreação?

40 respostas

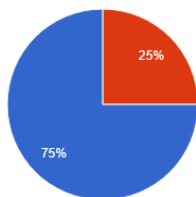
● Muito bom
 ● Bom
 ● Neutro
 ● Ruim
 ● Muito ruim



● Sim
 ● Não

7. Você se sente parte de uma comunidade no bairro?

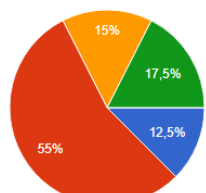
40 respostas



● Sim
 ● Não

8. Como você avalia o saneamento do bairro?

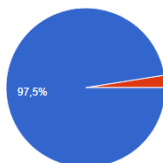
40 respostas



● Muito bom
 ● Bom
 ● Neutro
 ● Ruim
 ● Muito ruim

9. Você acha que há necessidade de revitalização urbana neste bairro nos próximos anos?

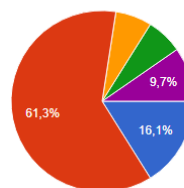
40 respostas



● Sim
 ● Não

10. O que você acha mais crítico no bairro

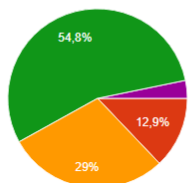
31 respostas



● Saúde
 ● Segurança
 ● Limpeza Urbana
 ● Transporte
 ● Equipamentos públicos

11. Como você avalia a segurança no bairro?

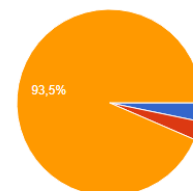
31 respostas



● Muito bom
 ● Bom
 ● Neutro
 ● Ruim
 ● Muito ruim

12. Em qual período é mais inseguro?

31 respostas



● Matutino
 ● Vespertino
 ● Noturno

PLANO DE AÇÃO

Etapas	Ação	Descrição	Responsável
Curto Prazo (0 a 1 ano)	Estudo inicial	Levantamento dos pontos de alagamento Análise das calçadas e iluminação pública Planejamento de intervenções e orçamento	Secretaria de Gestão e Planejamento (Seges)
	Implementação piloto dos jardins de chuva	Construção de jardins de chuva em locais prioritários para teste	Secretaria de Meio Ambiente (Semmam) e sociedade civil
	Regularização das calçadas	Implementação de pisos táteis e rampas de acessibilidade em áreas de alta circulação Campanha de conscientização para moradores	Secretaria de Obras (Semob)
	Instalação de iluminação pública em áreas críticas	Instalação de luminárias LED em áreas com alta criminalidade e pouca iluminação	Secretaria de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana (Setran)
Médio Prazo (1 a 3 anos)	Expansão dos jardins de chuva	Expansão para outras áreas do bairro	Semmam
	Melhorias nos pontos de ônibus	Implementação em rotatórias e calçadas mais largas Reforma de pontos de ônibus com abrigo e assentos	Setran e Semob
	Instalação de iluminação pública em duas alturas	Instalação de postes de iluminação de duas alturas em áreas de grande movimentação	Setran
Longo Prazo (3 a 5 anos)	Transformação de terrenos subutilizados	Identificação e transformação de terrenos em playgrounds e áreas de lazer	Semmam e Semob
	Implementação de pontos de bicicletas públicas	Instalação de estações de bicicletas públicas	Setran e iniciativa privada
	Manutenção e avaliação contínua das intervenções	Avaliação do impacto das ações Manutenção de jardins de chuva, pontos de Ônibus, iluminação e playgrounds	Seges